

A PAISAGEM DO NÚCLEO PIONEIRO DE GOIÂNIA: PATRIMÔNIO, CULTURA E IDENTIDADE NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Márcia de ARAÚJO¹,
Prof.^a Dr.^a Maria Geralda de ALMEIDA²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão entre as categorias patrimônio, cultura, identidade e paisagem, tendo como referencial a patrimonialização da cidade de Goiânia. Pressupõe-se que na paisagem encontram-se inscritos elementos que traduzem a ação da cultura e são reveladores da presença de forças sociais, políticas e econômicas influenciando na trajetória histórica de uma sociedade. A paisagem entendida como um sistema de signos pode nos informar sobre um sistema social, sua transmissão e reprodução. Nas cidades contemporâneas, a paisagem também evidencia a atuação da ideologia do consumo conformando objetos e espaços.

Palavras chave: Goiânia, patrimônio, paisagem, cultura, identidade.

ABSTRACT

This article has the objective to develop a reflection between the categorical patrimonies, culture, identity and landscape, having as referential the patrimony of the city of Goiânia. It estimate that in the landscape founds enrolled the elements which translate the culture action and are revealers the history trajectory of a society, revealing the presence of social forces, political and economic. The landscape acknowledge as a system of signs can inform us about a social system, its transmission and reproduction. In the contemporary city the landscape shows the acting of consume ideology shaping objects and spaces.

Key words: Goiânia, patrimony, landscape, culture, identity.

¹ Mestre em geografia pela UFG. Artigo resultante das reflexões teóricas oriundas da dissertação de mestrado em Geografia, IESA/UFG, com o título: Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível? Orientação da Prof.^a Dra. Maria Geralda de Almeida. arq.marciaraujo@gmail.com

² Professora do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás. mgdealmeida@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao examinar a cidade contemporânea pelo prisma da paisagem fica claro que a paisagem/ espaço urbano é marca da ação dos homens, reflexo da cultura de um povo, é um produto social que expressa através das formas, a sucessão do tempo. A metrópole desvela as forças de produção econômica impondo-se sobre a dinâmica de produção espacial. A cidade/ espaço urbano contemporâneo se constrói pela articulação entre a permanência de formas antigas que sobrevivem à imposição do 'novo', e as intervenções urbanas que modificam usos, funções dos lugares, alteram a morfologia e explodem as relações sociais tradicionais. (Carlos, 2001)

A questão patrimonial revela o modo de vida contemporâneo, marcado pela velocidade e perda de vínculos sociais e afetivos que faz com que o habitante da cidade busque no passado, aquilo que lhe transmite segurança um porto seguro rumo ao futuro, no caso, esse passado é representado pelo patrimônio em suas múltiplas possibilidades.

Com essa linha de entendimento, o presente artigo se propõe a fazer uma análise de enfoque geográfico entre, patrimônio, cultura e paisagem no contexto da cidade contemporânea evidenciando a influência da ideologia do consumo cultural sobre o espaço urbano. Pretende-se dialogar essas categorias com o patrimônio arquitetônico da cidade de Goiânia, tombado em 2003, formado pela sua estrutura urbana e por um conjunto de edifícios em estilo Art Déco. A discussão tem por finalidade compreender a paisagem do Núcleo Inicial da cidade de Goiânia a partir da complementaridade dessas categorias. Percebe-se que o significado dessa paisagem enquanto produto da cultura reflete forças econômicas, sociais e políticas que atuaram e atuam no processo de apropriação e, por conseguinte, influem tanto na materialidade dos espaços quanto na identidade dos grupos sociais.

Nesse contexto em que a opinião, o significado, motivos, aspirações, crenças e valores, conferidos pelos atores sociais têm peso relevante, a metodologia adotada foi a abordagem qualitativa com estudo de caso. Os resultados apresentados nesse artigo foram gerados a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo com entrevistas à população. Na estruturação das idéias preocupou-se, primeiramente em apresentar a cidade de Goiânia, entendida como metrópole e os bens patrimoniais alvo de tombamento federal. Em seguida, será realizada uma breve discussão teórica com aporte antropológico sobre o patrimônio e identidade, será elaborada uma abordagem cultural da categoria paisagem com base nas formulações de Cosgrove (2000) e, posteriormente, será apresentada uma discussão sobre o consumo cultural e o patrimônio.

GOIÂNIA E SEU PATRIMÔNIO

A cidade contemporânea considerada como metrópole, é percebida como o local onde se materializam formas e expressam-se funções, produzem movimento e conteúdo resultantes de processos sociais desencadeados pela acumulação de capital. Pelas atividades desenvolvidas e fluxos gerados pelas relações entre elas, a metrópole favorece a (re) produção do capital. Esse movimento contraditório entre processos sociais e reprodução do capital, condiciona a sua organização espacial, caracterizada por usos diferenciados da terra tais como da área central, áreas industriais e áreas residenciais. Nesse aspecto, o arranjo espacial é produto social por refletir uma estrutura social de classe espelhada em espaços segregados e desiguais. Para Peixoto (2004) essa

cidade traz em si a dualidade de valores que retomam a preservação, o lugar e retrata desigualdades sociais, em sua configuração espacial está implícita a ruptura com os ideais da cidade moderna e a valorização do papel da memória urbana.

O cenário marcado por continuidades e descontinuidades, rupturas, estrutura de classes diferenciadas, encontra no tombamento do conjunto arquitetônico do Núcleo Pioneiro da cidade de Goiânia, a preservação de valores da paisagem que assinalam a dimensão de vários tempos e ações que marcaram os lugares da cidade, assim como sinaliza a intenção subjacente de se construir uma imagem da cidade via patrimonialização. O tombamento também a preserva de valores da ditadura do “moderno”, que caracterizam a metrópole contemporânea e se impõem ao ritmo veloz dos interesses dos especuladores imobiliários, alheios à importância da permanência, na cidade, de elementos que promovem a sua identidade. Para Carlos (2001, p. 172) “a morfologia além de servir para a prática social, revela também uma história, onde o tempo que se concretiza no uso, produz a identidade, concretiza-se na memória”.

A paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia é caracterizada pela predominância de edifícios comerciais e administrativos e se constitui em área de confluência de fluxos de transporte coletivo. Essa é uma região da qual os moradores tradicionais migraram para regiões mais valorizadas, abrindo espaço para a presença de ambulantes nas ruas, tornando crescente a popularização dos comércios e serviços. A população residente é reduzida, e a intensa movimentação de pessoas ao longo do dia dá lugar, à noite e finais de semana, ao abandono, insegurança e marginalidade. Por outro lado, é nesse espaço, definido por um traçado urbano valoroso pela peculiaridade de representar as idéias urbanísticas do início do século XX, que se encontra um expressivo conjunto de edifícios em Art Déco, ambos, objeto do tombamento federal.

Goiânia se insere no contexto das cidades consideradas Patrimônio Cultural do Brasil, pela ação do tombamento de seu Centro Histórico. Com a portaria federal nº. 507 de 18 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro do mesmo ano, alguns bens e elementos que o compõe foram tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e elevados à categoria de patrimônio da nação, passando a ser submetidos à sua legislação específica. Para o IPHAN (MANSO, 2004, p. 7) “o tombamento é um instrumento jurídico que coloca sob a proteção do Estado os bens de natureza material cuja preservação seja do interesse público”.

Em Goiânia, dentre os bens tombados destacam-se os componentes do Plano Urbanístico inicial: vias, organização de quadras, edifícios e o núcleo urbano histórico de Campinas. No Núcleo Pioneiro de Goiânia destaca-se a Praça Cívica, elemento integrante do traçado urbano original, onde se encontram edifícios que desde o início integram essa região germinal da cidade, incluindo-se entre os bens do conjunto urbanístico e arquitetônico *Art Déco*. Todavia, antes disso, esse conjunto arquitetônico e urbano já se encontrava protegido por leis estaduais e municipais, além de estar diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades públicas destas instâncias.

Considerando o processo de formação do espaço urbano de Goiânia e, fazendo uma leitura da forma de sua estrutura urbana inicial, assim como de seu conjunto arquitetônico, percebe-se a relevância do processo de patrimonialização desses bens. Essa ação institucional veio significar para a cidade o resgate de diversos momentos históricos importantes, que se firmaram ao longo da formação de seu espaço urbano, possibilitando a formação de uma identidade arquitetônica para cidade percebida através do estilo Art Déco. (MANSO, 2004),

É interessante nesse momento, abrir um espaço para nos inteirarmos sobre esse estilo arquitetônico, a sua relevância, entender o porquê de a arquitetura institucional seguir essa linha influenciando as demais construções da cidade.

O estilo Art Déco surgiu como fruto do momento de efervescência cultural, da transição do século XIX para o século XX. Segundo Coelho (2000, p. 14), “as décadas iniciais do século XX promovem mundo afora uma série de debates, com reavaliações e profundas alterações em todos os planos, atingindo as questões políticas, econômicas, culturais, filosóficas, artísticas e, principalmente comportamentais”.

O Art Déco, expressando uma nova linguagem estética, se adapta às diversas manifestações culturais, incorporando e mesclando elementos. Nesse aspecto ele expressou valores, comportamentos e culturas diferentes por todo o mundo. No Brasil, o Art Déco é bem aceito e utilizado tanto em projetos residenciais, quanto em edifícios comerciais e representativos do poder público. Ele foi o modelo utilizado pelo Presidente Getúlio Vargas na representação de seu governo, por considerar que suas características estéticas e de monumentalidade, se identificava com o lema “Progresso e Modernidade”.

Segundo Unes (2001), nota-se nos primeiros anos de Goiânia, que os edifícios comerciais, institucionais e multifuncionais, seguiram em sua maioria o estilo Art Déco. No entanto, poucas residências o adotaram, privilegiando estilos neocoloniais³, normandos⁴, dentre outros. No conjunto de obras que constituíram os edifícios institucionais, nota-se um Déco mais rico, com ornamentações e detalhes, nos demais, composições mais simples com uma ou outra característica do mesmo.

O estilo Art Déco presente no conjunto arquitetônico tombado, caracteriza-se pela utilização de linhas retas, fachadas limpas e sóbrias, independente de grandes dimensões e volumes, provocam uma sensação racionalista e de monumentalidade. Os edifícios livres dos excessos decorativos apresentam superfícies planas, utilizam diversos materiais e são eliminados os desenhos simbólicos e aqueles que representam uma falsa estrutura.

Em Goiás, o *Déco* chegou com o impulso do desenvolvimento do Estado, por meio da mudança da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, num momento de expectativas de mudanças políticas, de substituição de antigas oligarquias e, no plano do concreto, de introdução de uma nova linguagem arquitetônica representativa da modernidade, em substituição à tradicional arquitetura colonial portuguesa. Para Manso (2001), a opção pelo estilo na leitura dos edifícios públicos proposta por Atílio Corrêa Lima, foi motivada pela precariedade financeira do Estado aliada às características arquitetônicas do estilo, que permitem edifícios monumentais sem a necessidade de utilização de materiais nobres ou de exageros decorativos. Nota-se nos edifícios construídos na cidade a manutenção das características universais que identificam esse estilo, porém acrescidos de elementos regionais, adaptados à realidade econômica vivida naquele período histórico.

A adoção desse estilo arquitetônico, bem como do traçado urbanístico proposto para a cidade representaram uma ruptura com antigos padrões construtivos e com as formas tradicionais de habitar. Constituiu nesse aspecto, uma mudança cultural induzida pelo influxo de elementos externos ao espaço vivido naquele momento histórico. Dessa forma, esses elementos são reveladores de uma história e se constituem

³ Movimento próprio das Américas colonizadas reporta a um sentimento de nacionalismo substituindo o ecletismo de cunho europeu por soluções plásticas anteriores à colonização.

⁴ Faz parte da mesma corrente do neocolonial diferenciando-se apenas estilisticamente, empregavam a mesma técnica construtiva, programas e agenciamento interno. Conhecidas em Goiânia como “chalés suíços”, pode ser considerado uma opção numa época em que a arquitetura buscava saídas pitorescas.

em materialização de processos sociais, políticos e econômicos. A patrimonialização do Núcleo Inicial da cidade de Goiânia expressa valores e significados que ressaltam a relevância dessa questão.

PATRIMÔNIO, CULTURA, IDENTIDADE E PAISAGEM.

O acervo tombado constituído por elementos em Art Déco nos remete a uma passagem de Santos (1994, p.66) se referindo à paisagem como “uma escrita sobre a outra, um conjunto de objetos que têm idades diferentes, uma herança de muitos diferentes momentos”. Esses elementos, como foi dito, nos permitem captar a evolução do lugar e da sociedade e entender, a proposição de Craveiro (2006), para quem o homem é produto e produtor de mecanismos simbólicos que determinam seu comportamento: símbolos significantes que sustentam as expressões corporais; as criações artísticas; as inter-relações socioculturais e econômicas. Nesse aspecto Geertz contribui esclarecendo que o indivíduo encontra esses símbolos

[...] em uso corrente na comunidade quando nasce e eles permanecem em circulação após a sua morte, com alguns acréscimos, subtrações e alterações parciais dos quais pode ou não participar. Enquanto vive, ele se utiliza deles, ou de alguns deles [...] sempre com o mesmo propósito: para fazer a construção dos acontecimentos através dos quais ele vive, para auto-orientar-se no curso corrente das coisas experimentadas (GEERTZ, 1989, p.57)

Craveiro infere que,

a cultura pode ser apreendida como algo que se constrói, mediante a acumulação dos bens culturais, tais como os usos e costumes adotados pelas sociedades humanas, porque mescla dados, crenças e valores de especialidades e temporalidades diferentes, de tal modo que uma geração os repassa a outra (CRAVEIRO, 2006, p.23).

Essas citações apontam para dois aspectos que podemos transferir para o patrimônio e estão relacionados com duas concepções de cultura presentes na categoria patrimônio abordadas por Gonçalves (2005): a cultura entendida como processo de auto-aperfeiçoamento humano, em que é forte a idéia de trabalho, de formação e aperfeiçoamento dos seres humanos e, a cultura como expressão orgânica da identidade, da alma coletiva dos diversos grupamentos humanos. Na primeira concepção, o patrimônio pode ser reconhecido como um trabalho consciente, deliberado e constante, na segunda, ele é visto como expressão de uma nação ou de um grupo social. Dessa relação, o autor deduz que,

os patrimônios podem exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultantes de permanentes esforços no sentido do auto-aperfeiçoamento individual e coletivo. (GONÇALVES, 2005, p.28, grifo do autor).

Azevedo (2002) corrobora com essa visão, pois compreende o patrimônio como acumulação de bens herdados, construídos e/ou em construção [...] mesclando temporalidades diferentes: passado, presente e futuro. Esses bens são acumulados ao longo do tempo e, pela ação da memória de diferentes gerações que reconhecem sua trajetória histórica, transformam-se em símbolos e valores. Isto possibilita entender que cultura e patrimônio interpenetram-se e complementam-se. A cultura revela aspectos da identidade de uma comunidade, de uma sociedade ou povo; e o patrimônio, enquanto

expressão dessa cultura, manifesta aspectos materiais e imateriais que se complementam.

Por essa discussão, podemos entender o Patrimônio Histórico da cidade de Goiânia, como bem herdado, mas também como expressão de um trabalho consciente e contínuo. Os bens tombados são manifestação de um esforço contínuo, sequencialmente assumido por sucessivas gerações para a construção do lugar, da paisagem. Enquanto resultado de um trabalho social, ele é herdado pelas novas gerações, que retomam e continuam esse esforço ininterrupto de construção, desconstrução e reconstrução a partir de dados concretos. Entende-se que, nesse processo, mesclados aos bens tangíveis, estão os valores, os signos, os costumes, os saberes e os modos de produção, delineando a sobreposição de uma nova paisagem sobre a que existia anteriormente.

Nesse ponto é interessante expor que esses bens são passíveis de apropriação e de intervenção pelo Estado, estabelecendo valores e significados a partir de pressupostos ideológicos. Sob essa perspectiva, Fonseca (2005, p.42) distingue bem cultural de bem patrimonial considerando bem cultural aquele que expressa no uso dos materiais, no seu agenciamento, nas técnicas de construção os saberes e fazeres, as condições de produção desses bens e,

ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso enquanto habitação, local de culto, ornamento etc.); e valor de troca, (determinado pelo mercado) enfatiza seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura.

E como bem patrimonial aqueles bens, selecionados por uma instituição estatal. Considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma identidade coletiva cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado, o município). Nesse caso, a atuação de agentes estatais através de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas cria condições para fixar sentidos e valores direcionando uma leitura em que pesa a atribuição de valor histórico, valor artístico e valor etnográfico.

Rodrigues (2001, p.17), diz que, subjacente à noção de patrimônio estão implícitos valores, simbologias e sentidos que,

[...] além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Desse anseio de identificação, de reconhecimento do seu mundo, de suas origens, está talvez, a explicação à necessidade de preservar a memória como algo inerente à condição humana. Nesse sentido, dentre as diferentes concepções atribuídas ao patrimônio, inclui-se aquelas que o relacionam à identidade e à memória.

Conforme Oliveira (2003, p. 119), a noção de identidade apresenta dois níveis: o pessoal (ou individual) e o social (ou coletivo), interconectados e vistos como dimensões de um mesmo fenômeno. O nível individual refere-se à identidade pessoal e o nível coletivo ao “plano em que a identidade social se edifica e se realiza”. Goodenough (1963, p.204) apud Oliveira, (2003, p. 119) esclarece que a “formação de identidade envolve um relacionamento do ego com pessoas e coisas no seu meio ambiente, de modos diferentes, ao qual nós ordinariamente nos referimos sob o rótulo de identificação”. Assim, a constituição e preservação de patrimônio levam a sociedade a perceber a si própria. Barreto (2000, p.43) afirma que “a continuidade e a

contigüidade com o passado dão certezas, permitem traçar uma linha na qual nosso passado se encaixe, permitem que saibamos mais ou menos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade”.

Nessa perspectiva, a constituição de patrimônios também pode ser entendida de acordo com Bernet (1997) apud Cavalcanti (2001) sob o prisma da cidade como agente educador, um emissor de informação e de cultura, ou seja, na dimensão do “aprender da cidade”. Para Cavalcanti (2001, p.23), aprende-se com o arranjo, com a configuração da cidade; “ela educa, ela forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita”.

Olhar para o acervo de bens tombados da cidade de Goiânia significa percebê-lo em todas as dimensões discutidas. Enquanto objeto fruto da capacidade humana de criar, reaviva a memória que nos recorda de um tempo, de um modo de se produzir o espaço e, simultaneamente, mesclado a outros objetos representativos de outras épocas e de outros saberes, produz uma paisagem rica em possibilidades de leitura. O Núcleo Inicial de Goiânia certamente é um laboratório de informação e de cultura, que permite o “aprender com a cidade” não somente pela presença de elementos arquitetônicos representativos de uma época, mas também pela história imbricada naquele espaço que, de centro econômico dinâmico de outrora, tem sua importância diminuída pelo surgimento e incentivo de novas centralidades.

A interface entre patrimônio, cultura, identidade e paisagem, ressalta a complementaridade dessas categorias. De fato, na paisagem estão materializadas pelos objetos, as expressões culturais da sociedade que os gerou, percebendo-se sua evolução e a do artifício. Nesse sentido, fica clara a conexão paisagem com a cultura. Por esse viés, Cosgrove (1998, p. 98) faz uma interessante observação afirmando a associação da paisagem “com a idéia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com a sua composição. A paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”. Na formação da paisagem a presença humana é uma constante, isto porque praticamente não existem lugares onde sua ação não esteja presente. Sauer (1998, p.23)⁵ diz que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. A cultura sendo dinâmica, mudando ao longo do tempo, a paisagem também se desenvolve, passando por fases estabelecendo, ao final, uma nova paisagem que se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. Pode-se deduzir que a paisagem é composta por um conjunto de formas heterogêneas de diferentes idades que representam os vários modos de produção e de construção do espaço.

Direcionando a discussão de paisagem para a interface com a cultura, Gandy (2004, p.86) avalia que,

A paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Isso não significa que o campo da atividade humana é determinado pela moldura material do meio ambiente, mas sobretudo que a paisagem é o lugar de superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influencia na imaginação dos homens.

Esse enfoque leva a uma aproximação dos conceitos de cultura e paisagem em que a cultura, de acordo com Duncan (2004, p. 101), é entendida como “sistema de criação de signos através do qual, necessariamente, uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada”. A paisagem é percebida como um dos

⁵ Publicado originalmente como “The morphology of landscape”, University of Califórnia, Publications in Geography, vol. 2, 1925.

elementos centrais num sistema cultural, um conjunto ordenado de objetos, passível de ser interpretado como um texto e que atua como um sistema de criação de signos pelos quais um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado. Nessa linha de entendimento, Cosgrove (1998, p. 106) contribui inferindo que,

as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. [...] todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ele representa (seu referente) poder parecer tênue. [...] (o simbolismo) serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer valores de grupos dominantes por toda a sociedade.

Depreende-se pelo que foi exposto que a paisagem marcada por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade, age ativando a memória, situando as pessoas e definindo identidades. Analisando Goiânia, infere-se que a paisagem patrimonial, assim como as demais paisagens, é uma construção social, política e econômica, e reflete a atuação dessas forças ao longo da história, expressando poderes e simbologias. A sua morfologia é marcada pela presença de elementos arquitetônicos e/ou urbanísticos representativos e significantes, expressão de valores e sentidos que podem ser apropriados tanto pela sociedade quanto pelo mercado: podem ser difundidos entre a população, ou serem intencionalmente produzidos para incentivar o consumo. Sobre as paisagens patrimoniais, inclusive a de Goiânia, pesa uma forte tendência para, através de um *remaking*, expressar a imposição de forças econômicas na apropriação dos espaços, incluindo-os nos circuitos do consumo de imagens e produtos, e as imagens desses espaços podem se tornar emblemáticas das cidades.

Por se constituir em uma resultante de forças políticas, sociais e econômicas, passível de ser relacionada a discursos políticos e filosóficos pode-se inferir que o observar e o apreciar uma paisagem não são atos neutros, mas parte integrante do processo de reprodução da sociedade, conduzindo a paisagem a ser vista como um produto social. Nesse âmbito, Gandy (op. cit., p.80) esclarece que,

as paisagens têm o poder de rematerializar um modelo dominante de relações sociais e culturais. [...] a paisagem não é apenas um tipo particular de expressão cultural da realidade, mas um meio de reforçar uma ideologia dominante em uma determinada sociedade.

A ideologia assinala um sistema de símbolos e de idéias que inscreve na realidade material, os modos de pensamento hegemônicos e assegura a reprodução das relações sociais existentes. Sob essa perspectiva, a observação do modo de vida atual ressalta a imposição da ideologia do consumo e da estetização dos espaços moldando as paisagens das cidades contemporâneas. Nesse contexto, o patrimônio é um elemento cooptado para a realização das relações de mercado.

PATRIMÔNIO E CONSUMO CULTURAL

De acordo com Marshall (2003), atualmente, nas sociedades capitalistas marcadas pela estética da mercadoria, o consumo amplia seu significado, se insere em uma lógica de racionalidade e passa a denotar o sentido de possuir, apropriar, ostentar, diferenciar, revelar, estetizar. Derivado da mentalidade capitalista, o consumo representa a ascendência do livre mercado condicionando a vida e as relações sociais, confirmando que se vive uma era de imposição de signos: além de se consumirem os

objetos, consomem-se os signos a ele vinculados. Ou seja, consumir conota apreensão de signos durante o processo de apropriação e de uso das mercadorias.

Para Meneses (2002), o valor cultural não está nas coisas, mas são os homens em suas relações sociais que atribuem os valores aos objetos. Marshall (2003, p.38) expõe que, na sociedade pós-moderna, o objeto de consumo já surge “recoberto por um conjunto de atributos conferidos, não pelo produto, mas pela sociedade, em sua lógica de representações”. Isso significa dizer que o processo de consumo é estabelecido no nível semiótico enquanto linguagem, na qual o objeto é uma parte acessória que serve para afirmar valores que posicionam o homem perante a sociedade.

Em relação à cultura, Choay (2001) constata que essa palavra tem o seu uso enfatizado a partir da década de 1960. Nessa época, o Estado francês inicia a exploração do termo ao perceber as possibilidades econômicas implícitas no desenvolvimento do turismo cultural e passa a gerir, promover e controlar ações nesse âmbito, principalmente no que envolve o patrimônio histórico, desencadeando o que a autora denomina de ritos de um culto oficial do patrimônio. Nesse processo, a cultura sofre uma mutação semântica, perde o seu caráter original ligado à filosofia e é relacionada à indústria, já que abrange um processo de produção, distribuição e comercialização de produtos culturais. O patrimônio histórico se insere nessa lógica produtivista e passa a ser visto como mercadoria a ser consumida.

No Brasil, o processo de amadurecimento das questões patrimoniais culminou com o entendimento do patrimônio como fonte documental e objeto repleto de sentidos e valores passíveis de leitura e apreensão de significados. Com o avanço das relações produtivistas envolvendo outros campos da vida humana e abarcando os aspectos culturais, o patrimônio foi colocado no mercado e, dessa forma, ficaram em segundo plano as questões teórico-conceituais que orientavam até então a atuação institucional. Choay (2001, p. 212) expõe que o patrimônio “[...] remete a valores que é preciso fazer reconhecer”, mas, por outro lado, expressa a noção de mais valia. Segundo a autora, “[...] mais valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar”. Atualmente, predomina a concepção de que o patrimônio deve se auto-sustentar. Isso implica em soluções voltadas para o consumo, colocando o bem como mercadoria.

Desse modo, o patrimônio se depara com duas tendências: a primeira valoriza e respeita o bem patrimonial, procura preservá-lo dentro de parâmetros estabelecidos pela técnica e pela evolução de conceitos a ele inerentes. A segunda visa a rentabilidade e, com o apoio dos Estados, desenvolve práticas condenadas desde o século XIX. Aí se enquadram as ações de conservação e restauração que valorizam apenas os elementos de fachada com o intuito de criar cenários ideais para o consumo, colocando em segundo plano os conteúdos implícitos aos monumentos.

O processo de patrimonialização induz outras ações no âmbito das cidades. Geralmente, ele atua promovendo ações de reabilitação nas áreas de sua abrangência com o intuito de dotá-las de condições para a apropriação, tanto pelo mercado, quanto pelos habitantes locais. De acordo com Manso (2004, p. 7, v. II), “preservação e revitalização são ações que se complementam e, juntas, podem valorizar bens que se encontram deteriorados”. Foi o que aconteceu na cidade de Goiânia, na gestão municipal correspondente ao período de 2000 a 2004. Impulsionado pelo ato de tombamento do núcleo histórico, o poder municipal, coordenado pelo GECENTRO⁶, iniciou uma série de ações com a intenção de reabilitar e recuperar o núcleo central, entendendo-o como um ponto de onde emanariam melhorias para toda a cidade. O

⁶ Grupo Executivo de Revitalização do Centro.

processo de reabilitação teve início pela Avenida Goiás e pela construção do Mercado Aberto da Avenida Paranaíba. Também foi lançado o Projeto Cara Limpa⁷, cujo marco foi a recuperação do Grande Hotel. Esse projeto pretendia extrapolar o âmbito dos edifícios tombados, alcançando um maior número de edifícios construídos no estilo *Art Déco* disseminados pela malha urbana. Almejava estabelecer o diálogo entre a história e a contemporaneidade, incentivando a “limpeza das fachadas” dos edifícios construídos nesse estilo, com a retirada dos elementos metálicos de propaganda comercial que encobriam os detalhes arquitetônicos.

Naquele momento, estavam em fase de elaboração duas legislações: as Operações Urbanas Consorciadas e a criação de Zonas Especiais de Interesse Social, com o objetivo de permitir grandes atuações e incentivar a construção de habitações na área central, para reocupá-la com moradores, entendendo que, mediante esse uso, diminuiria o processo de degradação instaurado na área.

Com a mudança de gestão municipal ocorrida no ano de 2005, as prioridades foram dirigidas para o fortalecimento de novas centralidades, investimentos em infra-estrutura urbana e melhoria do sistema viário. Relegou-se a valorização patrimonial, pois se constata a ausência de investimentos e de ações visando o fortalecimento do Centro tradicional e em consequência a preservação dos bens patrimoniais como preconizado na proposta do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992. Em decorrência dessa mudança, o GECENTRO foi extinto e o processo de revitalização, suspenso. Atualmente, o poder municipal atua com outra orientação voltada para o controle das reformas, demolições e novas construções nos setores Central, Sul, Universitário e Campinas (Núcleo Pioneiro de Campinas), visando preservar as edificações com características relevantes e mantendo, assim, a paisagem urbana. Apesar disso, na breve existência do GECENTRO, os resultados foram positivos para a cidade, o que leva a persistir como necessário e válido o processo de reabilitação reivindicado por agentes estatais ligados ao patrimônio, especialistas e pela sociedade civil organizada. É importante ressaltar que, nesse processo, os valores regionais, o *modus vivendi*, enfim, as características e peculiaridades da população devem ser respeitadas e valorizadas. Dessa forma, evita-se que a reabilitação urbana torne-se um elemento alheio à cultura da cidade, um modismo com características padronizadas, imposto por outras instâncias, sem a participação popular, tal como se vê em outros processos de reabilitação espalhados pelo país e pelo mundo.

Nessa perspectiva, Barbosa (2006) critica as intervenções pontuais desencadeadas pelos processos de reabilitação, pois entende que são respostas equivocadas à imagem generalizada de que as metrópoles são cidades desordenadas e sem lei. Essa visão conduz a práticas sociais de intervenção e gestão de cidades por meio da requalificação⁸ do tecido urbano, que acentuam diferenças e produzem novas formas de hegemonia social. As ações pontuais abandonam concepções de remodelações urbanísticas globais que visavam beneficiar as comunidades locais e fortalecem, segundo o autor, a concepção de cidade entendida como um mosaico de fragmentos, favorecendo uma postura urbanística pragmática que crê na impossibilidade de intervenção em toda a cidade. O sentido de ordem é dado pela estetização do espaço

⁷ Projeto Cara Limpa valoriza a identidade arquitetônica, reconhecida e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN prevê a realização de intervenções urbanísticas e arquitetônicas como a recuperação das fachadas dos edifícios; a padronização dos letreiros e calçamentos; ordenação do mobiliário urbano e da arborização; e ainda a instalação de fiação subterrânea. (CENTRO DE TODOS – Prefeitura Municipal de Goiânia, 2004).

⁸ Requalificação é a execução da obra física. COELHO e VALVA (2002)

urbano, que traz subjacente ao discurso de manutenção da cultura e identidade o propósito de promover o mercado global de estilos de vida, serviços e imagens. Manifesta-se dessa forma, no tecido da cidade, um conjunto de práticas formadoras de novas centralidades, imbuídas de dissipar, em escala planetária, um sistema de signos, formas, objetos e funções.

Jacques (2003) pondera que, no espaço urbano contemporâneo, atuam, às vezes simultaneamente, duas correntes de pensamento: a primeira preocupada em preservar o antigo, preconizando a petrificação da cidade; e a segunda identificada com a cidade genérica ou urbanização generalizada. Esses dois discursos expõem a mesma intenção de transformar as cidades em espetáculo mercantil. As propostas preservacionistas para os centros históricos trazem implícita a idéia de transformar esses espaços em locais para fruição turística. Da mesma forma, a difusão da cidade, a proliferação de espaços urbanos caóticos, a construção de novos bairros *ex-nihilo* criam espaços propícios à especulação imobiliária mostrados de forma espetacular. Esse quadro expõe uma preocupação generalizada em se mostrar, reforçar ou até mesmo forjar uma imagem singular de cidade a partir das características peculiares dos lugares e de sua população. Essa imagem é exposta e promovida no mercado global correspondendo à venda da própria cidade como mercadoria.

No mercado globalizado, as particularidades culturais têm grande relevância. São elementos distintivos que, diante do competitivo mercado de cidades, ressaltam os lugares singulares para a captação de investimentos e turistas. Por outro lado, à medida em que essas cidades se comprometem com financiadores internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD), são forçadas a seguir um modelo internacional homogeneizador, que visa materializar a dinâmica do capital sobre o urbano tendo como meta o turista internacional e não o habitante local. O modelo de gestão patrimonial mundial segue essa mesma lógica, pois acompanha um padrão que não considera as especificidades culturais das populações envolvidas. Dessa forma, culturas e espaços urbanos distintos se homogeneizam ante a criação de cenários para visitantes globais, perdendo, muitas vezes, as características singulares mantenedoras da memória da cultura local.

Em Goiânia, a utilização da paisagem histórica para o consumo ainda não está delineada. Houve, por ocasião do tombamento do Centro Histórico, ações de reabilitação com vistas à melhoria das condições de vida nessa região e adjacências. Esse fato sugere uma referência à conexão global/local, mas não podemos afirmar que a intenção primeira seja a de transformá-la em cidade global, considerando mais pertinente dizermos que se trata de destacá-la no contexto nacional. Essa afirmação é alicerçada na evidente relação de proximidade espacial, de datas de tombamento e conexão de efeitos entre o tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia e a nomeação da Cidade de Goiás como Patrimônio Histórico da Humanidade. O poder de atração de um monumento de repercussão global, no caso a cidade de Goiás, certamente trará benefícios econômicos à cidade de Goiânia, local de passagem obrigatória. As ações de reabilitação empreendidas na cidade podem também traduzir a intenção de tornar o ambiente do Núcleo Pioneiro um local acolhedor para seus habitantes - até o presente momento, não há referência a financiadores internacionais envolvidos nesse processo, visto o interesse manifesto por parcerias com a iniciativa privada para viabilizar as ações pretendidas⁹.

Diante dessa discussão sobre reabilitação de espaços urbanos e a presença de forças econômicas conduzindo o processo, fica no ar um questionamento: será

⁹ Ver Araújo (2004), capítulo 2.

possível conduzir ações de reabilitação urbana em que a atuação dessas forças econômicas seja direcionada para o desenvolvimento de uma aprendizagem urbana pelos indivíduos e a necessidade de retorno financeiro seja minimizada? Parece que a ação do capital está de tal modo imbricada nas pessoas, permeia de forma tão sutil suas ações, que, em qualquer circunstância, sempre é vislumbrada a possibilidade de lucro.

Sobre essa questão, Manso (2004, p. 64) considera que,

Um dos pontos mais graves nesse processo de evolução urbana de Goiânia é a falta de sedimentação da história e da cultura urbana que lhe é inerente. É preciso despertar consciências e transmitir a idéia de que o centro da cidade é para sempre e sempre será marcado por um claro processo de crescimento ou transformação. A urbanização deste importante espaço da cidade precisa incorporar o conceito urbano correspondente, e revalorizar a relação da cidade com seu ambiente e paisagem, reconverter o uso, assegurar a integração deste espaço no tecido da cidade e a participação na sua identidade, de forma a constituir uma nova centralidade na área metropolitana de Goiânia.

Duncan (2004), considerando a significação da paisagem, afirma que o esquecimento do passado cultural e a incapacidade de leitura dos artefatos remanescentes,

[...] ‘essa amnésia cultural’ que permite à paisagem agir como poderosa ferramenta ideológica. Tornando-se parte do dia-a-dia, do que é tido como dado, do objetivo e do natural, a paisagem mascara a natureza artificial e ideológica de sua forma e conteúdo. Sua história como uma construção social não é examinada. Logo ela é tão inconscientemente lida quanto inconscientemente escrita (DUNCAN, 2004, p.111).

Fica evidente que a leitura do patrimônio é um meio para se compreender as cidades contemporâneas. Também é demonstrada a verdade contida na afirmação: ‘olhar a paisagem não é um ato neutro’, a sua leitura é um caminho para desvendar representações, valores e significados, bem como ressalta a complexidade que envolve a vida nas metrópoles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o presente artigo constitui-se em um recorte da dissertação de mestrado intitulada: “Núcleo Pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?” relaciona-se a seguir, as principais conclusões conectadas ao diálogo estabelecido entre as categorias de análise propostas para esse estudo. Nesse sentido, como já dito, a metodologia adotada seguiu a abordagem qualitativa. Os meios utilizados para a coleta de dados foram: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental envolvendo órgãos públicos e entrevistas com questões semi-estruturadas.

Nesse sentido e como maneira de situar as conclusões relativas às discussões abordadas acima, constatou-se nas entrevistas o desconhecimento pela maior parte da população do ato de tombamento do Núcleo Inicial da cidade. Esse fato está vinculado a pouca divulgação do tema pela mídia e à ineficiência de ações em função da descontinuidade governamental, que visam informar e transmitir conhecimentos que irão subsidiar a apreensão dos elementos patrimoniais. O tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia reflete a vontade de uma parcela da população que percebe nesse espaço possibilidades de leituras vinculadas a valores históricos, artísticos e

etnográficos, além da constituição de uma imagem representativa da cidade e afirmação de uma identidade. Por esse viés, essa ação pode ser entendida e apropriada como forma de fortalecer o sentido de pertencimento. Contraditoriamente, porém, nota-se a ausência da participação popular nesse processo bem como de ações que estendam essa leitura a outros grupos sociais.

Entretanto, os habitantes expressam representações positivas sobre o que entendem por patrimônio edificado e consideram positiva a idéia de a cidade ser detentora do título de patrimônio histórico do país. Para muitos o patrimônio significa a valorização da cultura, da cidade e sua história bem como o reconhecimento das experiências vividas no decorrer da produção do espaço.

No plano da idéias, constatou-se que a formulação de projetos para a região do Núcleo Pioneiro de Goiânia apresenta um caráter ambíguo. Estão justapostas as intenções de proporcionar a apropriação do lugar pela população da cidade, e a intenção de atender às imposições do tempo atual caracterizado pelas necessidades do mercado. Essa ambigüidade traz implícita uma contradição: a apropriação se dá pelo uso, que pressupõe socialização, qualificação do espaço e percepção dos atributos que lhe são inerentes. Essa percepção é acionada pelos sentidos sensoriais do habitante e é enriquecida por informações e conhecimentos que, juntos, desenvolverão os significados. As imposições do mercado acontecem pela aplicação de regras alheias às peculiaridades dos lugares. São definidas numa ordem distante. E, como afirmado por Jacques (2003), são ditadas por financiadores internacionais. Esses financiadores até o momento não estão presentes em Goiânia, mas as ações executadas caminham no sentido por eles proposto.

Porque percebe-se nas soluções propostas a adequação ao que Marshal (2003) denomina de contexto pós-moderno, marcado pelo favorecimento do consumo vinculado à cultura. A estética cultural que caracteriza esse período envolve a rejeição da tradição e a procura da novidade. O objetivo é atingir o prazer momentâneo, o divertimento, o pastiche e a inconsistência. Nesse caminho, situa-se o projeto de reabilitação das fachadas dos prédios em estilo *Art Déco*. Existe a procura da novidade sobre uma configuração existente. Com o objetivo de atrair a população local e turistas, os especialistas pretendem criar um cenário agradável, buscando referências externas de utilização do estilo para aplicação no contexto local. Essa intenção é o que explica a definição das cores utilizadas na recuperação das fachadas do Centro, inspiradas em manifestações *Art Déco* de outros países. Com isso são desprezadas as referências históricas de utilização local das cores, os materiais e técnicas utilizados na época, que deveriam ser os determinantes de uma restauração e recuperação das construções como documento.

Trata-se de uma imagem forjada, que consiste na utilização do patrimônio como cenário para o consumo e a fruição turística: consome-se o próprio bem e outros produtos que se utilizam de seu *status* (CHOAY, 2001; BARBOSA, 2006). Nesse contexto, como se apropriar de algo que é gerado a partir de valores concretos que o suportam e lhe dão sentido, mas trazem em si e ressaltam valores artificiais pautados numa imagem produzida para incentivar o consumo? Como afirmado por Jeudy (2005, p. 20): hoje o patrimônio convive com essa contradição, uma vez que “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização, [...] as estratégias mais correntes orientam-se na direção de uma combinação que contenha esta contradição: o que é tido como sagrado não impede a circulação de valores materiais”.

Talvez seja essa a orientação dada ao caso de Goiânia. Para acontecer a apropriação e o reconhecimento dos seus bens, são necessárias a visibilidade, a percepção de uma paisagem patrimonial ou dos seus fragmentos que se pretende

destacar. É importante fornecer aos habitantes o acesso aos códigos que desvendarão os signos presentes nesse espaço. Esse raciocínio expõe a lógica das ações empreendidas e dos projetos elaborados e ainda não consolidados, como o Projeto Cara Limpa, as obras de reabilitação, o Programa de Educação Patrimonial. Esse conjunto de pretensões pode desvelar para o habitante da cidade o Núcleo Pioneiro de Goiânia que existe apenas como uma denominação e delimitação espacial contida na lei que o criou.

Pelo que foi exposto, o processo de patrimonialização do Núcleo Pioneiro de Goiânia se encontra em um estágio inicial, isto faz vislumbrar possibilidades de formas alternativas e inovadoras de encaminhamento desse processo que minimizem a atuação do mercado e tenham como objetivo a apropriação diferenciada dos bens patrimoniais pela população local. Evidenciando dessa forma, a relação discutida acima marcada pela correlação existente entre a cultura, a paisagem e a identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Márcia de. **Praça Cívica: patrimônio e turismo**. Monografia – especialização: capacitação e planejamento em turismo. Instituto de Estudos Sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.
- AZEVEDO, J. **Cultura, patrimônio e turismo**. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002^a.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação do capital. In: Santos, Milton [et al]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.125-145.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Morfologia e temporalidade urbanas – o tempo efêmero e o espaço amnésico. In: Spósito M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p.161-173.
- CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia da cidade**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.
- CENTRO DE TODOS. Caderno da prefeitura Municipal de Goiânia. Goiânia: Produção GECENTRO. 2004.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Art Déco: uma vertente da modernidade**. Goiânia: Vieira/Trilhas Urbanas, 2000.
- COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: UCG, 2002.
- COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 15-32.

_____. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

CRAVEIRO, Fernanda Alvarenga. **A percepção dos moradores da histórica cidade de Pirenópolis acerca do turismo numa perspectiva etnográfica**. Dissertação (mestrado em gestão do patrimônio cultural) Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC – Iphan, 2005.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 75-90.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: Geertz, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Graal, 1989 .

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. In: Horizontes antropológicos. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS. IFCH, Porto Alegre: PPGAS, 2005 n.23.

JACQUES, Paola Berenstein. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo**. RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador, v. 1, n. 8, p. 32-39. 2003.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução: Rejane Janowitz. Rio Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157p.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar**. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

_____. Traçado viário dos núcleos pioneiros. In: _____. (Org.). **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. Goiânia: Seplan, 2004. v. II.

MARSHALL, Leandro. A estética da mercadoria jornalística. In: MELO, José M.; PERUZZO, Cicília M. Kroling; KUNSCH, Waldemar L. (Orgs.). **Mídia, regionalismo e cultura**. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/ Universidade Metodista de São Paulo – Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo: 2003. p. 27-44.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os usos culturais da cultura. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 88-99.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade étnica, identificação e manipulação**. In: Sociedade e cultura. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2003 v.6 n.2.

PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Cidade genérica**. In: Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: UCG, v. 31. n. 11. 2004. p. 1993-2018.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 15-24.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

UNES, Wolney. **Identidade Art Déco de Goiânia**. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: UFG, 2001. 200 p. il.